

TRANSFRONTEIRIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO NO ARCO SUL DA FRONTEIRA DO BRASIL

Camilo Pereira Carneiro Filho – UFRGS
caedre@ig.com.br

Aldomar Rückert – UFRGS
aldomar.ruckert@gmail.com

RESUMO

O processo de integração sul-americana pode levar ao surgimento de uma região transfronteiriça nos territórios contíguos ao Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil. Esse território vem sendo impactado por grandes projetos de infraestrutura para a interconexão viária e energética entre os países sul-americanos. Nesse contexto, os responsáveis pela gestão do território se deparam com o desafio de conciliar os interesses do grande capital (empreiteiras) com o das populações das cidades onde as obras são materializadas.

Palavras-chave: Fronteira; Arco Sul; IIRSA; Região Transfronteiriça; MERCOSUL.

INTRODUÇÃO

A estrutura territorial clássica do Estado Moderno vem passando por grandes transformações, dentre as quais merece destaque a relação entre o(s) centro(s) de poder e as regiões localizadas nas “margens” dos territórios nacionais. Neste cenário comentam-se o processo de integração sul-americana, no caso específico do MERCOSUL, e a região transfronteiriça circunvizinha ao Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil a partir de uma questão norteadora:

Uma macrorregião transfronteiriça contígua ao Arco Sul da faixa de fronteira brasileira estaria, efetivamente, em construção no núcleo geoeconômico do MERCOSUL?

i) Zonas de fronteira

Historicamente, zonas de fronteira apresentam uma ambigüidade: por um lado configuram zonas ou regiões com potencial de conflito, por outro possibilitam trocas entre culturas distintas. Ainda que o fim das fronteiras tenha sido anunciado na década de 1990 com o advento dos blocos regionais de comércio (UE, NAFTA e MERCOSUL) estas continuam constituindo uma realidade pujante. As fronteiras seguem existindo, se caracterizando por serem mutáveis e móveis. Nos últimos anos diversos autores vêm defendendo a idéia de que o sentido da linha convencional da fronteira está sendo substituído por redes e fronteiras mais fluídas (AMILHAT-SZARY, 2011 *apud* RÜCKERT; GRASLAND, 2012 p. 93).

Na América do Sul o projeto de criação do MERCOSUL previa uma gradual abertura das fronteiras¹ em prol da livre circulação de pessoas, bens e serviços, todavia, com o passar dos anos o grau de integração que o bloco atingiu foi menor do que o inicialmente pretendido.

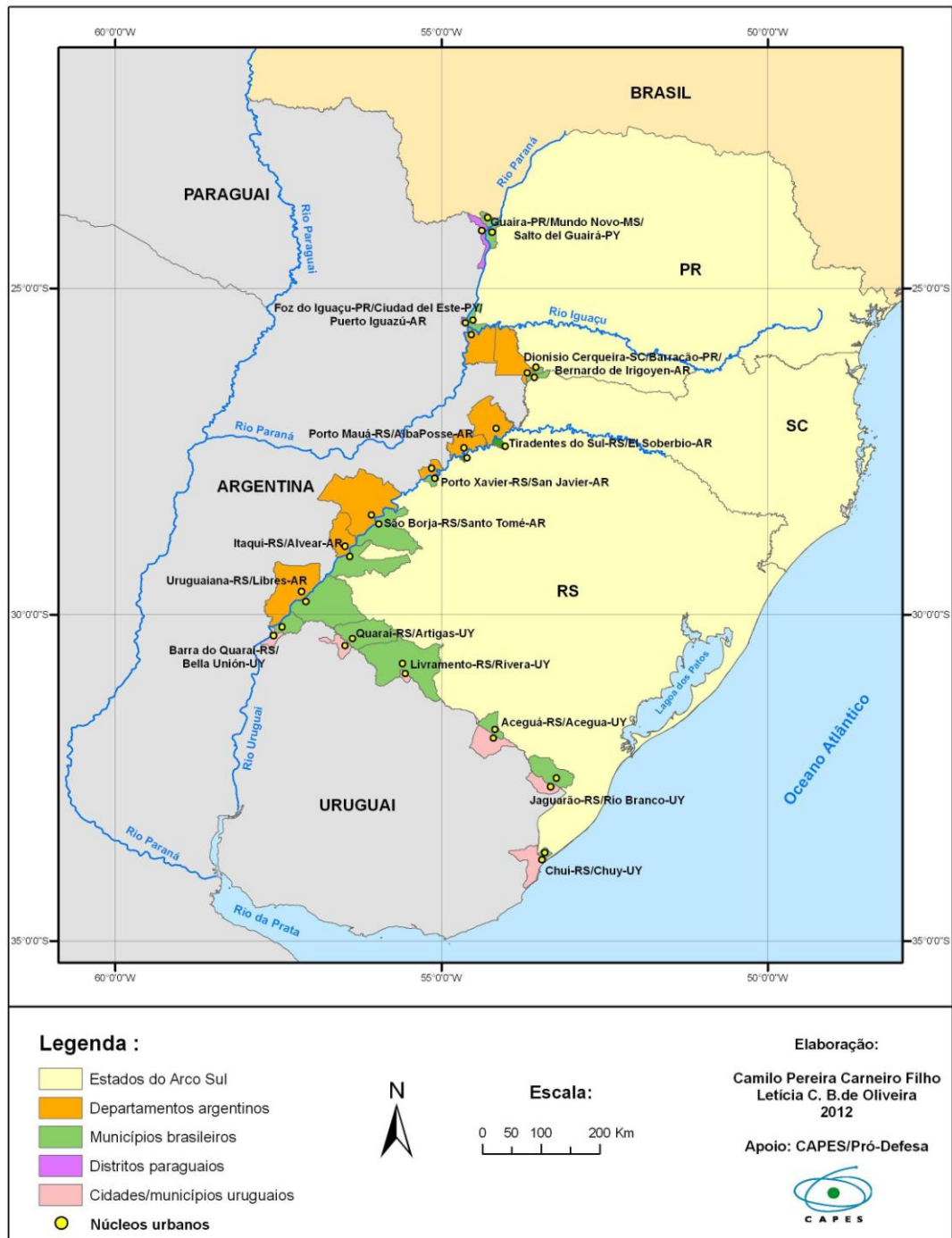
Com a criação do bloco, o Arco Sul da faixa de fronteira brasileira – em especial a região de fronteira entre Brasil e Argentina – passou a receber uma maior visibilidade e ter sua importância aumentada. A região, que teve seus limites moldados pelas disputas históricas que deram vida ao Uruguai e também pela Guerra do Paraguai, passou de uma situação periférica dentro dos respectivos Estados nacionais para uma área de localização privilegiada, no centro do novo bloco.

O Arco Sul abrange áreas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (mapa 1), sendo a região circunvizinha a essa parte da fronteira do Brasil bastante heterogênea, abrangendo os pujantes estados do Sul do Brasil, duas das províncias mais pobres da Argentina (segundo o IERAL (2011), Corrientes e Misiones possuem, respectivamente, 21,5% e 17,4% de suas populações vivendo

¹ O artigo 1º do Tratado de Assunção, que deu vida ao MERCOSUL em março de 1991 dispunha que os Estados Parte constituiriam um mercado comum que deveria estar estabelecido em 31 de dezembro de 1994. O que implicaria aos países signatários: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; uma política comercial comum perante terceiros; a coordenação de políticas econômicas e setoriais; e o compromisso em harmonizar as legislações nacionais.

em condições de indigência), o Uruguai (país com o 3º maior IDH da América do Sul) e o Paraguai (país mais pobre do MERCOSUL) (CARNEIRO FILHO, 2011).

Mapa1 – Cidades-gêmeas no Arco Sul da faixa de fronteira brasileira



No total, 418 municípios fazem parte do Arco Sul, o arco que possui o maior número de municípios da faixa de fronteira do Brasil (tabela 1) e que também concentra o maior número de cidades-gêmeas. Estas últimas possuem um papel

REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1298-1314, 2013. (ISSN – 2237-1419) 1300

importante, pois nelas são materializadas as interações transfronteiriças entre os países limítrofes. As cidades-gêmeas mais populosas do país – Foz do Iguaçu-PR (256.088), Uruguaiana-RS (125.435), Santana do Livramento-RS (82.464) e São Borja-RS (61.671) – estão localizadas no Arco Sul.

Tabela 1 – Total de municípios em cada um dos arcos da faixa de fronteira do Brasil

Arcos	Quantidade de municípios
Norte	71
Central	99
Sul	418 PR (139), SC (82) e RS (197).
Total de municípios	588

Fonte: BRASIL, 2005.

A economia do Arco Sul se destaca face aos demais trechos da fronteira brasileira, uma vez que apresenta potencialidades de desenvolvimento de arranjos produtivos locais – agroindústria, setor têxtil, setor madeiro-moveleiro, pecuária ovina e bovina, rizicultura, indústria de bebidas, erva-mate, fruticultura e máquinas agrícolas. Por outro lado, o Arco Sul da fronteira brasileira também apresenta importantes diferenciações intra-regionais que justificam a designação de ao menos três sub-regiões: o Portal do Paraná (noroeste paranaense), os Vales Coloniais Sulinos (do sudoeste do Paraná ao noroeste do Rio Grande do Sul), e a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

ii) Gestão do território

O território corresponde a uma área delimitada por um conjunto de relações sociais localizadas e ao poder implícito nessas relações. De acordo com Bertha Becker o território é um produto da prática social que envolve a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço, sendo, ao mesmo tempo, um meio usado pelos atores para sua prática. Por sua vez, a gestão

do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações (BECKER, 1991).

No Brasil, a gestão do território dialoga não apenas com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, mas também com todas aquelas políticas setoriais e macroeconômicas capazes de produzir efeitos territoriais importantes (RÜCKERT, 2007). A partir do início do ano 2000 a gestão do território fronteiriço do Brasil passou a ser realizada através de grandes programas (IIRSA, PDFF e PAC)², que prevêem a integração física e energética do Brasil com seus vizinhos. Recentemente, uma medida importante foi tomada pelo Ministério da Integração, que determinou, em 2011, a instalação de núcleos regionais de fronteira em cada estado localizado em faixa de fronteira com o intuito de reverter o baixo padrão de desenvolvimento de algumas áreas da faixa de fronteira brasileira.

iii) Uma região transfronteiriça no Arco Sul?

Regiões transfronteiriças e o processo de transfronteirização são conceitos em construção o que reflete a tentativa teórico-metodológica de explicitar os atuais processos em curso em diferentes realidades macro e microregionais. Isto, por sua vez, impõe análises diferenciadas em um universo com realidades fronteiriças muito particulares de inúmeros casos localizados em vários continentes. Ambos os conceitos podem ser entendidos como *diferenciações territoriais* – isto é, múltiplas formas territoriais emergentes nos cenários de reestruturações territoriais contemporâneas.

A rigor, inexistente uma teoria geral sobre fronteiras em que pese vários estudos tradicionais e contribuições instigantes à questão das fronteiras como, por exemplo, as de Guichonet, Raffestin, 1974; Raffestin, 1986, 1993. Além disso, o conceito de região em suas diversas abordagens têm sido, via de regra, classicamente desenvolvido dentro de cenários territoriais nacionais. Observa-se

² IIRSA - [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana](#); PDFF – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira; e PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

que o conceito de região transfronteiriça tem sido utilizado de forma relativamente livre na academia, citando-se inúmeros casos de cooperações bi ou tri-nacionais, Euro-regiões transfronteiriças, estudos de fluxos de pessoas e de mercadorias, etc (RÜCKERT, 2012; GRASLAND, 2012).

Segundo Guibert e Ligrone (2006), transfronteirização se refere a um conjunto de processos de aproveitamento e de valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou sócio-culturais. Esse conceito se caracteriza quando os habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira e a incorporam em suas estratégias de vida através de múltiplas modalidades.

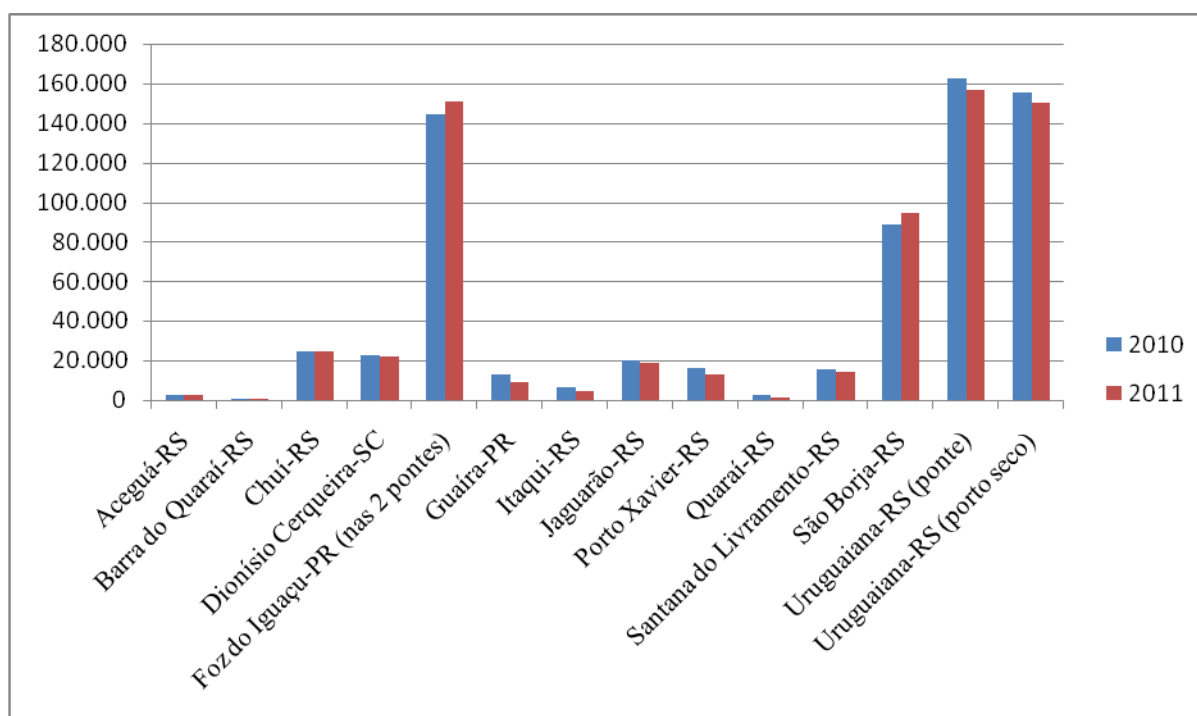
Os programas que o governo brasileiro vem implementando no Arco Sul (em especial a IIRSA e o PAC) estão moldando o embrião do que futuramente poderá vir a ser uma região transfronteiriça. Além dos projetos mencionados, a região contígua ao Arco Sul possui uma larga história de interações transfronteiriças que ocorrem em escalas variadas (local, regional, nacional, internacional) e são derivadas da posição de suas cidades na rede de circulação dos seus respectivos países. As cidades mais dinâmicas do Arco Sul – Foz do Iguaçu-PR, Uruguiana-RS e Santana do Livramento-RS – em seu contato com as cidades vizinhas desempenham um importante papel na estruturação de todo um segmento na zona de fronteira (ADIALA, 2006).

O PAPEL DO RIO GRANDE DO SUL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

No âmbito do processo de integração do MERCOSUL, o Rio Grande do Sul aparece com destaque, posto que o estado é um território de internacionalização segmentada do espaço nacional, que vem sofrendo reestruturações espaciais nas áreas de fronteira. Além disso, o Rio Grande funciona como um território-elo no movimento de transnacionalização dos Estados (RÜCKERT, 2003). O que se explica pela densidade demográfica da faixa de fronteira gaúcha, muito superior a da maioria das áreas de fronteira do país e pelo histórico de interações das cidades gaúchas de fronteira com suas vizinhas no Uruguai e na Argentina.

Outro fato que reforça a importância econômica do Rio Grande do Sul no Arco Sul da fronteira brasileira é o do estado ser a principal porta de entrada e saída de mercadorias do país por via terrestre (gráfico 1). Através das pontes de Uruguaiana e São Borja entram no país mercadorias provenientes da Argentina e de outros países sul-americanos.

Gráfico 1 – Fluxo comercial no Arco Sul da fronteira Brasileira
 Importação e exportação: número de caminhões em trânsito por cidades fronteiriças



Fonte: ABTI, 2013. Processo de integração sul-americana

Apesar de as interações³ entre os governos de Brasil e Paraguai serem anteriores ao estabelecimento do MERCOSUL a aproximação dos países do Cone Sul, com vistas à construção de um processo de integração do subcontinente, se iniciou com a criação do bloco econômico regional, em 26 de março de 1991, e que

³ Entrepósito de Depósito Franco em Paranaguá-PR, para mercadorias importadas ou exportadas pelo Paraguai (Decreto 42.920, de dezembro de 1957); Ponte da Amizade (inaugurada em 1965); Usina de Itaipu (inaugurada em 1984).

vem se reformulando ao longo dos anos através de iniciativas como a IIRSA (2000) e a UNASUL⁴ (2008).

Ainda que o MERCOSUL esteja atravessando um período de crise nos últimos anos, o Arco Sul da faixa de fronteira brasileira vem sendo impactado por investimentos de quatro eixos da IIRSA (Capricórnio, Hidrovia Paraná-Paraguai, MERCOSUL-Chile, Interoceânico Central), que abarcam projetos de construção ou reforma de pontes, rodovias, ferrovias, hidrovias, gasodutos, usinas de energia, linhas de transmissão e conexões por fibra ótica.

Esses investimentos têm incentivado um grande número de pesquisas na academia. Trabalhos que abrangem o Arco Sul, abordando temas como: o projeto da terceira ponte internacional sobre o rio Uruguai entre o estado do Rio Grande do Sul e a Argentina; o turismo histórico na região transfronteiriça das Missões; ou os cenários de transfronteirização na “fronteira-viva” Brasil/Uruguai (RÜCKERT; GRASLAND, 2012).

Na visão do governo brasileiro o projeto de integração regional da América do Sul é um prolongamento do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil. Segundo Marco Aurélio Garcia, o desenvolvimento do país está estreitamente ligado ao desenvolvimento da região. Garcia defende ainda que os eventuais conflitos com a Argentina, que constantemente repercutem na mídia, são conflitos “normais”, que ocorrem em outros processos de integração regional (GARCIA, 2006).

Ao menos no discurso, o governo argentino vem comungando do mesmo entendimento que o seu par brasileiro no que se refere ao MERCOSUL. Em maio de 2003, o então presidente Néstor Kirchner afirmou em seu discurso de posse perante o Congresso Argentino que o MERCOSUL era um projeto político regional e de aliança estratégica, afirmando ainda a necessidade de aprofundar sua institucionalização e ampliar a quantidade de países membros (BIELSA; LAVAGNA; ROSATTI, 2005).

Não obstante as freqüentes barreiras comerciais impostas por ambos os países sobre determinados produtos, os presidentes de Brasil e Argentina têm

⁴ União de Nações Sul-Americanas, formada pelos doze países da América do Sul.

mantido a prática da resolução de divergências através do diálogo. Nesse sentido, em dezembro de 2012, a presidente Dilma Rousseff reuniu-se em Brasília com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, depois do encerramento da cúpula do MERCOSUL. Na reunião foram discutidos vários temas de interesse dos dois países, como projetos de integração e infraestrutura, energia, comércio, investimentos e integração no bloco (BRAGA, 2012).

Os governos de Brasil e Argentina estão cientes de que as deficiências de infraestrutura nos setores de energia, transportes e comunicações configuram um gargalo ao crescimento econômico dos países sul-americanos. Nesse sentido, as obras da IIRSA e do PAC em regiões de fronteira possuem importância cabal e por esse motivo fazem parte de políticas de Estado.

A representação local: Comitês de Fronteira e acordos de integração transfronteiriça

No âmbito da implantação de grandes projetos de infraestrutura, é natural que a população dos territórios impactados clame por um canal de diálogo com o governo – o responsável pelos projetos. Criados pelo Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com as chancelarias dos países vizinhos, os Comitês de Fronteira surgiram para atender às demandas de determinadas comunidades fronteiriças e facilitar a coordenação entre as autoridades fronteiriças. Os Comitês são, via de regra, presididos pelos respectivos cônsules nas cidades e têm como propósito servir de foro para que autoridades e comunidades locais possam discutir os problemas comuns e buscar soluções. O Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil possui onze comitês de fronteira (tabela 2).

Tabela 2 – Comitês de Fronteira do Arco Sul da faixa de fronteira brasileira

Países membros	Comitê de Fronteira	Total
Brasil-Uruguai	Chuí (RS)-Chuy Aceguá (RS)-Acegua Jaguarão (RS)-Río Branco Santana do Livramento (RS)-Rivera Quaraí (RS)-Artigas	6

	Barra do Quaraí (RS)-Bella Unión	
Brasil-Argentina	Uruguaiana (RS)-Paso de los Libres Dionísio Cerqueira (SC)-Barracão (PR)-Bernardo Irigoyen Foz do Iguaçu (PR)-Puerto Iguazú	3
Brasil-Paraguai	Foz do Iguaçu (PR)-Ciudad del Este Guaíra (PR)-Salto del Guairá	2

Fonte: BRASIL, 2005.

Atualmente, os Comitês de Fronteira, que poderiam ser acionados como foro de discussão no tocante ao planejamento e no encaminhamento de reivindicações e acompanhamento das ações na região de fronteira, encontram-se subutilizados.

Apesar disso, alguns acordos no âmbito da integração fronteiriça entre os países do MERCOSUL vêm obtendo destaque, como por exemplo: o que permite o uso da Carteira Nacional de Habilitação como documento de trânsito internacional entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú; o “Ajuste Complementar para Prestação de Serviços de Saúde”, acordo que permite que as prefeituras de Rivera (Uruguai) e Livramento possam contratar serviços médicos que não são prestados nas suas cidades no outro país; e o conjunto de acordos entre Brasil e Uruguai, assinados em 2003, conhecido como “Nova Agenda” (que garante que habitantes de uma faixa de 20 km de um e de outro lado da linha de fronteira possam morar, trabalhar e estudar como se nacionais do outro Estado fossem) (BRASIL, 2005).

No campo da integração energética os projetos criados ou resgatados pela IIRSA a partir do ano 2000 vêm impulsionando e aumentando o número de interconexões elétricas existentes no Arco Sul da fronteira brasileira. É possível afirmar que a IIRSA representa uma oportunidade de mudança na lógica dos investimentos, uma vez que as interligações elétricas na região (tabela 3) foram criadas em diferentes períodos, sem harmonização setorial, levando em consideração apenas necessidades de momento evidenciando a existência de uma binacionalidade das relações nesse setor (NEVES, 2008).

Tabela 3 – Interligações elétricas no Arco Sul da fronteira brasileira

Países parceiros	Localização	Potência inicial	Ano de Início
Argentina-Brasil	Rincón – Garabi	2.200 MW	2000
Argentina-Brasil	Paso de los Libres – Uruguiana	50 MW	1994
Paraguai-Brasil	Acaray – Foz do Iguazu	50 MW	Década de 1970
Paraguai-Brasil	Central de Itaipu	12.600 MW	1984
Uruguai- Brasil	Rivera – Livramento	70 MW	2001

Fonte: Neves (2008); ONS (2011).

FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: RIVALIDADE HISTÓRICA E PROJETO DE INTEGRAÇÃO

A rivalidade entre Brasil e Argentina foi herdada dos impérios espanhol e português predominou até a década de 1980, quando se iniciou o estreitamento de relações entre os dois países. O Programa de Cooperação Econômica, assinado em 1985, evoluiu para o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988, que previa a formação de um espaço econômico comum. Tais tratados e acordos contribuíram para redefinir o caráter da fronteira, enfraquecendo a função de separação e fortalecendo a função de elo (DIETZ, 2008).

Atualmente, a fronteira Brasil-Argentina é marcada por uma porosidade expressiva ao longo dos cerca de 1261,3 km de limite internacional (dos quais apenas 25,1 km são de fronteira seca). A região possui diversos pontos de fronteira por onde circulam grandes volumes de pessoas e mercadorias, dentro os quais se destaca o porto rodo-ferroviário de Uruguiana-RS, o maior do gênero na América Latina.

Outro importante símbolo da integração entre os países do MERCOSUL, a Ponte Internacional da Integração, inaugurada em 1998, trouxe consigo a construção do Centro Unificado de Fronteira, localizado em Santo Tomé-ARG,

cidade-gêmea de São Borja. Criado para ser mais um corredor de apoio ao fluxo emergente entre os países do bloco, o moderno complexo concentra todos os organismos brasileiros e argentinos necessários às operações de cargas e de pessoas dentro de um mesmo local.

Elementos como as pontes de Uruguiana e São Borja, a UNILA (Foz do Iguaçu-PR), as hidrelétricas binacionais do rio Uruguai e os demais projetos da IIRSA são resultado de políticas de governo que, ainda que realizadas em diferentes momentos históricos, contribuíram para a integração sul-americana, bem como para a criação do embrião de um território transfronteiriço ao longo do Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: ENERGIA, TERRA E CONFLITO

Os 1.365,4 km da fronteira Brasil-Paraguai são caracterizados e impactados pela presença de Itaipu, pelos brasiguaios, pelos conflitos de terra, pelo contrabando e pelo crime organizado. Na década de 1970 o Paraguai vivenciou uma grande transformação econômica com a construção da usina de Itaipu e a expansão das áreas de cultivo da soja, decorrente da presença de brasileiros. Nos departamentos de fronteira com o Brasil ocorreu um processo de expulsão da população nativa concomitantemente ao projeto do governo paraguaio que disponibilizou terras de boa qualidade a baixos preços para agricultores brasileiros (MENEGOTTO, 2004).

Ao lado da forte presença de políticas governamentais, a fronteira Brasil-Paraguai convive com altos índices de criminalidade. A situação de pobreza de grande parte dos paraguaios, as facilidades de trânsito de mercadorias e a insuficiente fiscalização transformaram a região na porta de entrada de drogas como maconha e crack no território brasileiro. O tráfico de drogas e o contrabando, que utilizam rotas através do Lago de Itaipu, no Paraná, e da fronteira seca em Mato Grosso do Sul, estão por trás de grande parte da violência registrada na região.

A criminalidade é agravada por um problema crítico da sociedade paraguaia: a corrupção. Mazela constante durante toda a ditadura militar (1954 a 1989), ela seguiu existindo durante a primeira transição (1989 a 1998) e continuou sem cessar até o presente. No período da ditadura o general Alfredo Strossner elevava a

corrupção à categoria de “preço da paz”, chegando a repercutir negativamente a nefasta prática na institucionalidade da República, assim como na cultura de uma sociedade permissiva, capaz de renunciar a seus princípios em troca do acesso a bens materiais ilícitos (BRITZ; CABALLERO, 2010).

Em 2012 o Paraguai foi punido no âmbito do MERCOSUL após o golpe de Estado que depôs o governo do presidente Fernando Lugo⁵. Ainda assim, a segunda ponte entre Brasil e Paraguai sobre o Rio Paraná, ligando Foz do Iguaçu a Presidente Franco, no Paraguai, deverá ser concluída até 2016 (o projeto faz parte do PAC). O fato demonstra que os interesses comerciais e as obras de integração estão ressaltados de eventuais crises políticas.

BRASIL-URUGUAI: VANGUARDA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A fronteira brasileiro-uruguaia é muito bem demarcada ao longo dos seus 1.068,1 km de extensão, não havendo nenhuma controvérsia sobre limites. De toda a faixa de fronteira a linha divisória com o Uruguai é a mais aberta, densa e povoada que o Brasil possui. Fato explicado pelo histórico de povoamento que remonta o período colonial (PEREIRA, 2011).

O fenômeno histórico da porosidade da divisa moldou a formação do Estado nacional uruguaio e o povoamento da parte sul do Rio Grande do Sul. Hoje a existência de seis passos fronteiriços que unem doze cidades-gêmeas (Chuí-Chuy, Jaguarão-Río Branco, Aceguá-Acegua, Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión), reconhecidas como “localidades vinculadas” pelo acordo bilateral de residência, estudo e trabalho na fronteira, de 2002, constituem a mais significativa manifestação do processo de integração do MERCOSUL para a resolução de questões da vida cotidiana nas fronteiras do bloco (PEREIRA, 2011).

De todos os países com os quais o Brasil faz fronteira, o Uruguai é de longe o que possui o nível mais elevado de integração transfronteiriça. A marcante presença de famílias mistas, o expressivo número de acordos em prol da população

⁵ O bloco aplicou uma punição política ao presidente do Paraguai, Federico Franco, impedindo-o de participar das duas reuniões de cúpula do bloco que ocorrerão durante o seu mandato de oito meses.

fronteira e o histórico de povoamento da região favorecem e estimulam as políticas de governo e o bom entendimento entre Brasil e Uruguai.

Exemplo disso foi o episódio ocorrido em 2003, quando a Ambev comprou a Quilmes Industrial S.A., proprietária das maiores marcas de cervejas uruguaias (Pilsen, Patricia e Norteña) e decidiu fechar uma fábrica em Paysandú (Uruguai). Ao tomar conhecimento do fato, o governo brasileiro ponderou à Ambev que essa decisão produziria uma imagem contrária à proposta de integração do MERCOSUL. A empresa então estudou o problema e terminou por transformar a fábrica em uma maltaria. A fábrica reformulada, que hoje abastece cervejarias de todo o Brasil, foi inaugurada com as presenças dos presidentes Lula e Tabaré, que defenderam um MERCOSUL que expande e estabelece cadeias produtivas, ao invés de fechar fábricas (GARCIA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à crise do MERCOSUL, a integração sul-americana vem se desenvolvendo, sobretudo através de projetos de infraestrutura impulsionados pelo governo brasileiro. No Arco Sul da faixa de fronteira brasileira as obras de conexão viária e energética se materializam em uma região até recentemente periférica, que possui um histórico de interações e de relações de vizinhança. Essas características podem servir de base para a construção de uma região transfronteiriça.

Ao mesmo tempo, a política do governo brasileiro para a fronteira, a partir do PDFF, com o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus sub-espacos configura uma oportunidade de combate às desigualdades e viabilização dos potenciais endógenos de uma população em histórica situação de vulnerabilidade.

É preciso, contudo, frisar que, apesar do discurso oficial defender que o desenvolvimento regional é prioritário nesse governo, as obras no âmbito da IIRSA e do PAC também precisam levar em conta os interesses das populações que serão impactadas. Nesse sentido, é necessário que o papel dos Comitês de Fronteira seja resguardado, pois concomitantemente à política de integração sul-americana, nos territórios contíguos ao Arco Sul da faixa de fronteira do Brasil o ideal da integração

sul-americana e a luta contra a desigualdade convivem com interesses de grandes empreiteiras, responsáveis pelas obras de infraestrutura em andamento.

REFERÊNCIAS:

ADIALA, C. **Efeitos de Políticas Públicas em Cidades de Fronteira: Uruguaiana e Santana do Livramento (RS)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 2006, 110p.

BECKER, B. **Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53(3), 169-182, jul/set 1991.

BIELSA, Rafael; LAVAGNA, Roberto; ROSATTI, Horacio. **Estado y globalización: El caso argentino**. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni Editores, 2005, 160p.

BRAGA, Isabel. **Após cúpula do MERCOSUL, Dilma e Cristina Kirchner têm reunião fechada**. Jornal Extra. Matéria de 07/12/2012. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/economia/apos-cupula-do-mercosul-dilma-cristina-kirchner-tem-reuniao-fchada-6981475.html>>. Acesso em 24 dez 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>. Acesso em 12 jan 2013.

BRITEZ, Edwin; CABALLERO, Javier Numan. **El Paraguay actual**, 2ª parte, 1998-2010. Assunção: El Lector/ABC Color, 2010, 156p.

CARNEIRO FILHO, Camilo P. **A Tríplice Fronteira e o Heartland da América do Sul**. In: Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2011, Foz do Iguaçu-PR. Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder. 2011.

DIETZ, Circe. **Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de**

cooperação/integração transfronteiriça (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2008, 238p.

GARCIA, Marco Aurélio. **Precisamos criar um grande mercado de bens de consumo de massa na América do Sul**. In: Cone Sul: fluxos, representações e percepções. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 333-344.

GUILBERT, Martine; LIGRONE, Pablo. Transfronterización. In: BIAGINI, Hugo e ROIG, Andrés Arturo. **Diccionario del pensamiento alternativo**. Buenos Aires, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em 12 jan 2013.

IERAL – Fundación Mediterranea IERAL. Disponível em <<http://www.ieral.org/>>. Acesso em 12 jan 2013.

INDEC – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Disponível em <<http://www.argentina.gob.ar/pais/49-provincias.php>>. Acesso em 12 jan 2013.

MENEGOTTO, Ricardo. **Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, 103p.

NEVES, José Antonio. **O setor elétrico e a integração na América do Sul**. In: América do Sul: economia e política da integração regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 97-108.

PEREIRA, Ruy Carlos. **Os desafios do desenvolvimento e da integração fronteiriça**. In: Brasil-Uruguai: os próximos 20 anos. Brasília: FUNAG, 2011, pp. 301-307.

RÜCKERT, Aldomar. **O estado do Rio Grande do Sul-Brasil como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional**. Investigaciones geograficas. Instituto de Geografia. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, MX, v. 51, 2003, p. 125-143.

_____. **A política nacional de ordenamento territorial, Brasil**. Uma política territorial contemporânea em construção. In: *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007.

RÜCKERT, Aldomar; GRASLAND, Claude. **Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia.** In: Revista Geopolítica. Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 90 – 112, jul./dez. 2012.